

Experiência mineira portuguesa poderá estender-se aos PALOP

As enormes potencialidades mineiras existentes nos PALOP poderão, a partir de agora, estar abertas a investimentos empresariais e à cooperação mais acentuada com Portugal. Para mais, os portugueses serão quem melhor os conhecem

O FORTALECIMENTO da cooperação com Portugal, tanto a nível institucional como empresarial, foi defendido pelos representantes dos governos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau no Seminário sobre Estratégias do Desenvolvimento Mineiro e Cooperação com os PALOP, que teve lugar no Palácio dos Congressos da FIL.

Depois de informarem do estado actual do sector mineiro nos seus países, os governantes africanos, nas suas intervenções, deram conta aos empresários presentes da sua abertura à concretização de investimentos nos PALOP, nomeadamente a projectos no sector e definindo as condições favoráveis oferecidas.

Na verdade, no momento em que todo o sector mineiro

em Portugal foi enquadrado por nova legislação e se assiste a uma viragem do panorama da indústria extractiva no domínio empresarial com reforço da competitividade externa e perspectivando-se, também, em alguns países africanos de língua oficial portuguesa a alteração do seu enquadramento legislativo e relançamento da actividade mineira, revela-se de especial oportunidade e interesse a realização do Encontro.

Assim, o seminário foi fundamentalmente vocacionado para aspectos formativos e informativos recíprocos, designadamente sobre a política sectorial que vem sendo praticada em cada um dos países, potencialidades em recursos, estratégias de desenvolvimento e capacidade de intervenção dos competentes organismos oficiais e do sector empresarial.

Os temas abordados inci-

diram sobre «Grandes Linhas do Desenvolvimento

Mineiro em cada um dos Países», «Estruturas institucionais e enquadramento legislativo sectorial», «Inter-câmbio Técnico» e «Investimentos» e «Joint-ventures», os quais, depois de terminadas as intervenções foram motivo para debate entre a mesa e os empresários presentes.

Reduzida expressão nas acções mineiras

Começando por pedir a ajuda dos empresários para a «concretização do discurso» da cooperação, o ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, que tomou lugar na mesa que presidiu à sessão de abertura, acompanhado por Mira Amaral, ministro da Indústria e Energia, e Ribeiro da Silva, secretário de Estado da Energia, além dos representantes dos PALOP, considerou prioridade da Comunidade Europeia o «olhar a Sul», prometendo que Portugal dará especial atenção a esta matéria quando assumir, em Janeiro, a presidência da CEE.

Mira Amaral, responsável pela entidade promotora do seminário, através da Direcção-Geral de Geologia e Minas, abordaria depois o

ponto da situação das acções de cooperação já concretizadas a nível institucional, defendendo a continuação da actual actuação com base em programas definidos bilateralmente.

Sobre os objectivos do encontro, Mira Amaral destacaria a consolidação das acções em curso a nível institucional e o reforço da cooperação no âmbito empresarial, os quais, até ao presente, segundo foi referido, têm tido reduzida expressão no domínio geológico-mineiro. No entanto, de acordo com Mira Amaral, antevê-se «acentuada projecção no futuro».

Considerando os PALOP «zonas privilegiadas para a diversificação de investimentos dos grandes grupos mineiros», Ribeiro da Silva, o orador seguinte, até por esse facto apelaria também, no sentido da cooperação, e afirmaria que «os recursos geológicos são esgotáveis, pelo que os grandes grupos mineiros têm de procurar diversificar os investimentos sob pena de criarem grandes problemas sociais no fim da vida útil de cada projecto mineiro».

Mais adiante, Ribeiro da Silva, referiria que «os PALOP, pelo conhecimento que deles detemos e pelos laços muito especiais que nos

unem, são zonas privilegiadas para essa diversificação».

Grandes potenciais dos PALOP aguardam investimentos

O interesse na cooperação com Portugal, tanto a nível institucional como empresarial, foi, depois, também, defendido pelos representantes dos governos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, os quais informaram o seminário sobre o actual estado do sector mineiro nos seus respectivos países.

Foi assim que José Dias, secretário de Estado de Geologia e Minas de Angola, destacou o fim da guerra que assolou o seu país durante 30 anos, para depois referir que, a partir de agora, no sentido de incrementar o desenvolvimento económico, foi já aberta uma série de incentivos ao investimento, nomeadamente isenções fiscais, além da revisão completa da lei das actividades mineiras.

Para isso, no entanto, referiu a necessidade de concluir o estudo geológico de todo o território angolano, para se obter um melhor conhecimento das suas enormes potencialidades, que incluem, entre outras, diamantes; rochas ornamentais, manganês,

ouro, caulino, cobre, chumbo e zinco.

Por sua vez, Casimiro Francisco, director-geral das Minas de Moçambique, considerou que, apesar do importante potencial mineiro de que o país dispõe, a actividade de mineração é praticamente inexistente.

As causas são conhecidas, dada a falta de pesquisa geológica, inexistência de investimentos, escassez de quadros, incipiente enquadramento legal e a situação de guerra que tem assolado o país.

Casimiro Francisco considerou aquelas as principais razões para o estado actual do sector mineiro moçambicano, cuja recuperação exige agora o investimento e acções concretas de cooperação, nomeadamente a nível de formação de quadros.

Por outro lado, sobre o sector mineiro guineense, João Cardoso, secretário de Estado dos Recursos Naturais da Guiné Bissau aludiu ao facto de o seu país dispor de fosfatos que poderia exportar para Portugal, deixando, assim, aberta a porta para a participação portuguesa em missões de prospecção mineira num sector que não tem tradição à escala internacional.